

EFEITOS DA CORRUPÇÃO SOBRE AS TAXAS DE JUROS*

Karl Marx de Medeiros**
Tito Belchior Silva Moreira***
Paulo R. A. Loureiro****

Resumo: O presente artigo investiga o impacto da corrupção sobre as taxas de juros, baseado em análise de dados em painel para um conjunto de 75 países, no período de 2000 a 2008. Os resultados mostram que há evidências empíricas de que o índice de percepção de corrupção afeta positivamente as taxas de juros nominais e a taxa de juros real de mercado.

Palavra-Chave: Corrupção. Taxas de Juros. Índice de percepção de corrupção.

Classificação JEL: K40

Abstract: This thesis investigates the impact of corruption on interest rates, based on analysis of panel data for a group of 75 countries for the period 2000 to 2008. The results show that there is empirical evidence that the corruption perception index positively affect the nominal interest rates and the real interest rate market.

Key-words: Corruption. Interest rates. Corruption perceptions index.

JEL Code: K40

I INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a economia do crime teve seu início com o artigo publicado por Gary S. Becker, Crime Desigualdade e Desemprego (1968), que introduz uma visão da escolha

* Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

** Departamento de Economia da Facitec: karl.medeiros@capes.gov.br

*** Departamento de Economia da Universidade Católica de Brasília:

tito@pos.ucb.br

**** Departamento de economia da universidade de Brasília:

pauloloureiro@unb.br

individual e do comportamento criminoso, quando este, compara as expectativas de lucro na esfera criminal e na esfera legal. Backer ressalta a relação custo benefício que os indivíduos teriam para não cometer crimes. Os criminosos estariam desestimulados a cometer crimes pelo aumento da probabilidade de serem apanhados e punidos e pelo aumento total da punição, caso fossem apanhados. Ambas as situações reduzem a utilidade esperada da atividade criminosa. (BECKER: 1968: 168-217). Nesse contexto, além dos crimes praticados por indivíduos, numa abordagem *a la* Becker, a literatura também destaca o combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e à corrupção, que são modalidades de crime que ultrapassam fronteiras e que necessitam de uma coordenação global para combatê-los. Neste artigo, o foco será a corrupção.

O combate à corrupção é muito difícil de ser planejado e executado. Segundo Macedo, “Já passou o tempo em que o crime constituía problema doméstico dos países” (2006, p. 23). O crime organizado, hoje tem características transnacionais. É planejado e executado em âmbito mundial, atingindo as nações e a humanidade como um todo, no caso do terrorismo. (MACEDO, 2006)

Kofi Annan, ex-secretário-Geral das Nações Unidas, em seu discurso sobre a adoção da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção¹, argumenta que a corrupção afeta, principalmente, os pobres, desviando verbas que deveriam ser usadas para promover o desenvolvimento, comprometendo a capacidade governamental de prover serviços essenciais, alimentando a desigualdade e a injustiça, e desencorajando investimentos e apoio externos.

No cenário mundial, existem várias ações que visam diminuir a corrupção através da conscientização da sociedade. A ONG Transparency International, criada em 1993, tem como

¹ Veja <http://www.unodc.org/brazil/eventos/convencaoanticorruptao.html>

missão uma mudança de rumo para um mundo livre de corrupção, fazendo uso de pesquisas e divulgando informações sobre o elevado índice de corrupção no mundo. A transparência na divulgação dos casos de corrupção ajuda a aumentar a fiscalização e seu acompanhamento visa diminuir os casos de impunidade. Anualmente, divulga uma lista de países classificados segundo a percepção sobre a corrupção. O Brasil, na última pesquisa realizada, ficou em 75ª posição no ranking de percepção de corrupção com nota 3,7, numa escala que vai de zero (considerado altamente corrupto) a 10 (considerado com baixo nível de corrupção).

Na visão da ONU e de outras entidades internacionais, não basta mais que as empresas não sejam corruptas. Assim como as pessoas, elas devem se esforçar para que as outras empresas ou pessoas que se relacionam com ela também não sejam corruptas.

Na Convenção de Mérida em 2003, ficou definido que a prevenção, a criminalização, a cooperação internacional e a recuperação de ativos serão objetivo a ser perseguido por mais de cem países que assumiram esse compromisso. Este é um princípio fundamental da Convenção, pois a recuperação de ativos é importante para os países em desenvolvimento, uma vez que a corrupção drena as riquezas nacionais e diminui a capacidade de realizar investimentos. Dinheiro e bens públicos desviados para o exterior devem retornar ao país que solicita a recuperação desses ativos. O país deve comprovar a propriedade desses ativos e o país requerido deve reconhecer os danos causados pelos atos de corrupção. “Também é previsto o retorno dos bens aos seus legítimos proprietários e a indenização às eventuais vítimas” (Discurso da Convenção de Mérida – México 2003).

No Brasil, a ONG Transparência Brasil, fundada em abril de 2000, é uma referência para o estudo sobre o combate à corrupção. Entre várias iniciativas, pode-se destacar o estudo de

monitoramento do desempenho dos ministros do Supremo Tribunal Federal através da análise e comparação da velocidade com que os diferentes ministros do Tribunal resolvem processos. Outros exemplos de empresas no Brasil também apresentam políticas importantes contra a corrupção. Podemos destacar o site "Empresa Limpa", criada a partir do conceito estabelecido na campanha "Pacto Contra Corrupção", ligada ao instituto "ETHOS", também como forma de divulgar e tornar público notícias e casos de corrupção com o intuito de reduzir e acabar com esse tipo de ação. Nesse site, são disponibilizadas muitas informações sobre corrupção, inclusive um "corruptômetro", espécie de calculadora que mostra quanto a corrupção fatura por minuto no Brasil.

A corrupção não é um fenômeno que ocorre de forma isolada no Brasil, tampouco é característica da cultura brasileira. Com a intensificação das relações internacionais e o fortalecimento da globalização, o problema atingiu escala mundial. Diante disso, para maximizar as ações de prevenção e combate à corrupção e acompanhar a evolução da sociedade internacional no combate a esse mal, o Governo Brasileiro vem ampliando e fortalecendo sua relação com outros países, visando a cooperação e a integração na prevenção e combate à corrupção. Com esse objetivo, o Brasil já ratificou três tratados internacionais que preveem a cooperação internacional nessa área: a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE); a Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (OEA); e, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção". (CNUCC - 1996).

O Banco Mundial identificou a corrupção como o maior obstáculo ao desenvolvimento:

A corrupção é especialmente dura para as pessoas mais pobres, porque são castigadas

mais severamente pelos ciclos econômicos, são mais dependentes dos serviços públicos e estão menos preparadas para pagar os custos incrementais das propinas e fraudes. (THE WORLD BANK, 2005).

As investigações dos efeitos da corrupção sobre indicadores macroeconômicos mostram resultados muito interessantes, indicando que corrupção afeta tanto variáveis nominais, quanto reais. Al-Marhubi (2000) mostra que países mais corruptos apresentam maiores taxas de inflação. Whatehead (2006) investiga o que explica corrupção, e mostra que a qualidade e o nível de abertura econômica reduzem a corrupção. Mauro (1995) mostra que a corrupção afeta negativamente tanto o investimento, quanto a taxa de crescimento do produto. Nesse contexto, este artigo investiga o impacto da corrupção sobre as taxas de juros, baseado em análise de dados em painel para um conjunto de 75 países no período de 2000 a 2008.

Vários outros trabalhos investigam os efeitos da corrupção, dentre os quais se pode destacar: Treisman (1999), Tanzi (1998), Silva et alli (2001), Silva (1996), Sarkan e Hasan (2001), Podobnik (2008), Neto e Garcia (2005), Carraro et. al. (2006), Adit (2007), Mendes (2010) e Gokcekus and Knorich (2006).

II METODOLOGIA

A base de dados utilizada teve como parâmetros de referência o acervo disponibilizado de dados na internet através dos sites do World Bank e da Transparency International. Foram feitos levantamentos com 75 países para o período de 2000 a 2008, considerando-se as seguintes variáveis:

- ✓ Índice de Percepção de Corrupção (IPC);
- ✓ Taxas de juros sobre empréstimos;

- ✓ Taxas de juros sobre depósitos;
- ✓ Taxas de juros reais.

Nesse contexto, faz-se uma análise comparativa entre as estimativas dos modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e os modelos com Dados em Painel, tanto com efeitos fixos, quanto com efeitos aleatórios. Utiliza-se ainda o teste de Hausman para identificar qual o modelo mais adequado, com efeitos fixos ou com efeitos aleatórios.

Como os dados de painel referem-se a microunidades (indivíduos, famílias, firmas, estados, países, etc.) tende a haver muita heterogeneidade nessas unidades, no sentido de mais especificidade ou de mais diferenças entre as firmas, como por exemplo tamanho (firmas pequenas, médias e grandes)..

Ao combinar séries temporais com dados de corte transversal, os dados em painel proporcionam:

- dados mais informativos (mais desagregados);
- mais variabilidade (resultante de menor agregação) e menos colinearidade (as variáveis são menos correlacionadas, pois os microdados explicitam melhor as especificidades de cada indivíduo, firmas, etc.) entre as variáveis;
- mais graus de liberdade (maior número de observações);
- mais eficiência (estimadores com valor médio ou esperado igual ao verdadeiro valor populacional, estimador não tendencioso, e com variância mínima).

Ao estudar repetidamente um corte transversal de observações, os dados em painel são mais adequados ao estudo da *dinâmica da mudança*. Períodos de desemprego (entre estados), rotatividade no emprego e mobilidade de mão de obra (entre firmas) são mais bem estudados em dados de painel.

Os dados em painel podem detectar e medir efeitos melhor do que quando a observação é feita por meio de dados de corte transversal puro ou de série temporal pura. Por exemplo, os efeitos das leis de salário mínimo sobre o emprego e o salário

podem ser mais bem estudados se incluirmos sucessivas rodadas de aumentos do salário mínimo federal e/ou estadual.

Os dados em painel nos permitem estudar modelos comportamentais mais complexos. Por exemplo, fenômenos como as economias de escala e a mudança tecnológica podem ser mais bem tratados por dados em painel do que por dados somente de corte ou somente de séries temporais (estimar uma função de produção por empresas).

Ao tornar disponíveis dados referentes a várias unidades de forma mais desagregada possível, pode-se minimizar o viés que decorreria da agregação de pessoas ou empresas em grandes conjuntos.

III ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, analisam-se os efeitos do índice de percepção de corrupção (IPC) sobre as taxas de juros sobre empréstimos, sobre depósitos e sobre a taxa de juros real. Nesse contexto, estimam-se três regressões: a primeira utiliza o método de mínimos quadrados ordinários (MQO), a segunda usa o método de dados em painel com efeitos fixos e, a terceira usa o método de painel com efeitos aleatórios. Por fim, realiza-se o teste de Hausman para se determinar qual o melhor método a ser utilizado: dados em painel com efeito aleatório (caso não rejeite a hipótese nula) ou dados em painel com efeito fixo (caso a hipótese nula seja rejeitada). A hipótese nula do teste de Hausman assume que o método de efeitos fixo é tão bom quanto o de efeito aleatório. Nesse caso, o modelo de efeitos aleatórios torna-se mais adequado por ser mais parcimonioso.

3.1 Efeito do índice de percepção de corrupção (IPC) sobre as taxas de juros sobre empréstimos

A Tabela 1 mostra que a constante (intercepto) e o IPC são estatisticamente significantes ao nível de 1%, com valores de probabilidade inferiores a 0,01 ou 1%. O valor da probabilidade da estatística F também é estatisticamente significativo ao nível de 1%, indicando que a regressão em seu conjunto é válida. O valor do coeficiente de determinação (R^2) é baixo, equivalente a 6,82%.

O valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, equivalente a -0,656. Isso indica que quando a nota dos países aumenta, indicando que os países são menos corruptos, a taxa de juros sobre empréstimos destes países diminui. Dito de outra forma, países menos corruptos tendem a possuir menores taxas de juros. Inversamente, países mais corruptos tendem a possuir taxas de juros mais elevadas.

Tabela 1 – Variável dependente: Taxas de juros sobre empréstimo (MQO)

Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	12,22556	1,258964	9,710813	<0,0001
IPC	-0,656272	0,197378	-3,324945	0,0011
R^2	0,68219			
Estatística F	1,105526			
Prob.(Est.F)	0,001110			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados apresentados na Tabela 2 são similares aos da tabela 1, exceto pelo valor do R^2 que corresponde a 89,54%. Observa-se que o valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, correspondendo a -0,897. Dessa forma, países mais corruptos tendem a praticar elevadas taxas de juros, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito fixo.

Tabela 2 – Variável dependente: Taxa de Juros sobre Empréstimo (Efeito Fixo)

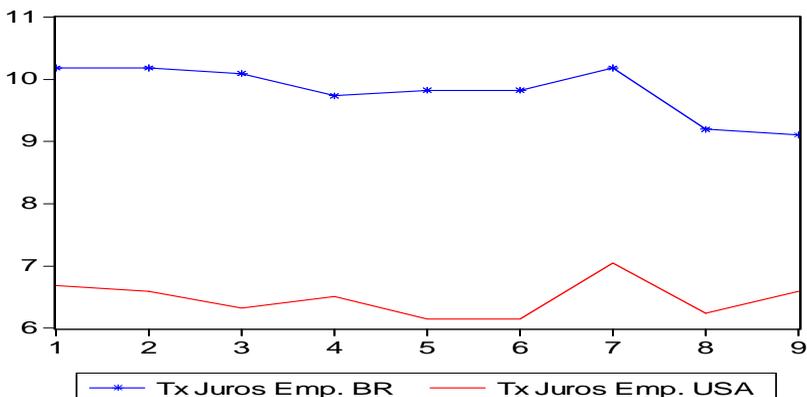
Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	13,68246	2,403782	5,692056	<0,0001
IPC	-0,897069	0,396611	-2,261834	0,0253
R ²	0,895366			
Estatística F	6,795375			
Prob.(Est.F)	<0,001			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados apresentados na Tabela 3 também são similares aos das Tabelas 1 e 2. Nota-se que o valor do coeficiente estimado do IPC também é negativo, correspondendo a -0,821. Mais uma vez pode-se dizer que países mais corruptos tendem a utilizar elevadas taxas de juros, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito aleatório.

No gráfico apresentado a seguir (Gráfico 1), observa-se a evolução do valor predito (estimado) das taxas de juros sobre empréstimos do Brasil e USA com base na estimativa da Tabela 2. Como esperado, percebe-se que a taxa de juros sobre empréstimo do Brasil é bem superior à taxa americana. Esse diferencial é explicado em boa parte pelo índice de percepção de corrupção (IPC).

Gráfico 1 – Evolução dos Valores Preditos das Taxas de Juros sobre Empréstimos: 2000-2008



Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 3 - Variável dependente: Taxa de juros sobre empréstimo (Efeito Aleatório)

Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	13,22451	2, 328882	5, 678479	<0,0001
IPC	-0,821378	0, 330747	-2,483403	0,0141
R ²	0,39461			
Estatística F	6, 203459			

Fonte: Elaborada pelos autores

O teste de Hausman apresentado na Tabela 4 mostra que com uma probabilidade de 72,95% não se rejeita a hipótese nula, isto é, há evidências empíricas de que o modelo de efeito aleatório é o mais adequado.

Tabela 4 – Teste de Hausman: Taxa de juros sobre empréstimo

(Efeito Fixo)				
Variável	Coefficiente do Efeito Fixo	Coefficiente do Efeito Aleatório	Var (Diferença.)	Prob.
IPC	-0,897069	-0,821378	0,047907	0,7295
Estatística Qui-Quadrado		Graus de Liberdade: Qui-Quadrado		Prob.
0,119589		1		0,7295

Fonte: Elaborada pelos autores

3.2 Efeito do índice de percepção de corrupção (IPC) sobre as taxas de juros e sobre depósitos

A Tabela 5 mostra que a constante (intercepto) e o IPC são estatisticamente significantes ao nível de 1%, com valores de probabilidade inferiores a 0,01 ou 1%. O valor da probabilidade da estatística F também é estatisticamente significativo ao nível de 1%, indicando que a regressão em seu conjunto é válida. O valor do coeficiente de determinação (R^2) é baixo, equivalente a 10,26%.

O valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, equivalente a -0,295. Isso indica que quando a nota dos países aumenta, indicando que os países da amostra são menos corruptos, a taxa de juros sobre empréstimos destes países diminui. Dito de outra forma, países menos corruptos tendem a possuir menores taxas de juros. Inversamente, países mais corruptos tendem a possuir taxas de juros mais elevadas.

Tabela 5 - Variável dependente: Taxa de juros sobre depósitos

(MQO)

Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	4,455397	0,452201	9,852697	<0,0001
IPC	-0,294562	0,070895	-4,154883	<0,0001
R ²	0,102596			
Estatística F	1,726305			
Prob.(Est.F)	0,000054			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados apresentados na Tabela 6 são similares aos da tabela 5, exceto pelo valor do R² que corresponde a 54,89%. Observa-se que o valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, correspondendo a -0,354. Dessa forma, países mais corruptos tendem a praticar elevadas taxas de juros, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito fixo. Entretanto a estatística t mostra que o parâmetro do IPC não é estatisticamente significativo.

Tabela 6 - Variável dependente: Taxa de juros sobre depósitos
(Efeito Fixo)

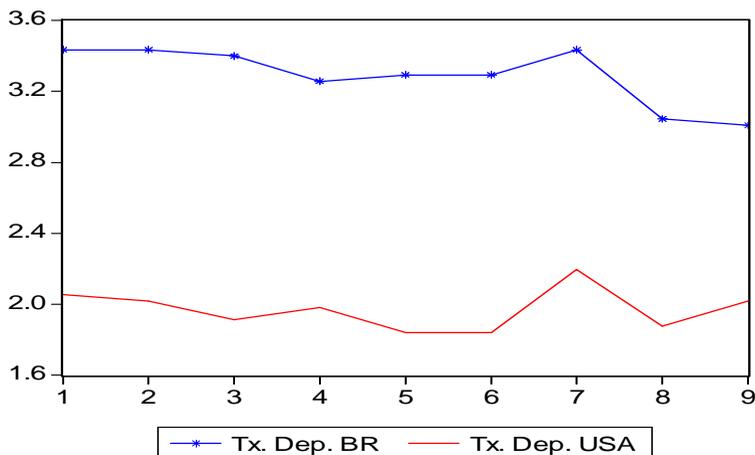
Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	4,817210	1,826.661	2,637167	0,0093
IPC	-0,354362	0,301389	-1,175763	0,12418
R ²	0,548938			
Estatística F	9,664349			
Prob.(Est.F)	<0,001			

Fonte: Elaborada pelos autores

No Gráfico 2, apresentado a seguir, observa-se a evolução do valor predito das taxas de juros sobre depósitos do

Brasil e USA com base na estimativa da tabela 6. Pode-se observar que a taxa de juros sobre empréstimo do Brasil também é bem superior à taxa americana. Esse diferencial é explicado em boa parte pelo índice de percepção de corrupção.

Gráfico 2 – Evolução dos Valores Preditos das Taxas de Juros sobre Depósitos: (2000-2008)



Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados apresentados na Tabela 7 também são similares aos da Tabela 1. Nota-se que o valor do coeficiente estimado do IPC também é negativo, correspondendo a -0,306. Mais uma vez pode-se dizer que países mais corruptos tendem a utilizar elevadas taxas de juros, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito aleatório.

Tabela 7 - Variável dependente: Taxa de juros sobre depósitos (Efeito Aleatório)

Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	4,526795	0,917490	4933888	<0,0001
IPC	-0,306362	0,142102	-2,155926	0,0327
R ²	0,30049			
Estatística F	4,677988			
Prob.(Est.F)	0,032125			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados do teste de Hausman, apresentados na Tabela 8, mostram que com uma probabilidade de 85,67% não se rejeita a hipótese nula, isto é, há evidências empíricas de que o modelo de efeito aleatório é o mais adequado.

Tabela 8 – Teste de Hausman: Taxa de juros sobre depósito

Variável	Coefficiente do Efeito Fixo	Coefficiente do Efeito Aleatório	Var(Diferença.)	Prob.
IPC	-0,354362	-0,306362	0,070642	0,8567
Estatística Qui-Quadrado		Graus de Liberdade: Qui-Quadrado		Prob.
0,032615		1		0,8567

Fonte: Elaborada pelos autores

3.3 Efeito do índice de percepção de corrupção (IPC) sobre a taxa de juros real

A Tabela 9 mostra que a constante (intercepto) é estatisticamente significativa ao nível de 1%, mas o coeficiente estimado do IPC não é estatisticamente significativo com uma probabilidade de 26,50%. O valor da probabilidade da estatística F também não é estatisticamente significativo indicando que a regressão com base nos MQO não tem qualquer poder

explicativo. Entretanto, vale destacar que o valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, equivalente a -0,247.

Tabela 9 - Variável dependente: Taxa de juros real (MQO)

Variáveis	Coeficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	5,782066	1,1408079	4,106352	0,0001
IPC	-0,247009	0,220756	-1,118921	0,2650
R ²	0,008223			
Estatística F	1,251985			
Prob.(Est.F)	0,264951			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados apresentados na tabela 10 mostram que os coeficientes estimados do intercepto e do IPC são estatisticamente significantes ao nível de significância de 1%.

Tabela 10 - Variável dependente: Taxa de juros real
(Efeito Fixo)

Variáveis	Coeficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	23,55594	4,373325	5,386277	<0.001
IPC	-3,184681	0,721575	-4,413510	<0.001
R ²	0,705301			
Estatística F	1,900559			
Prob.(Est.F)	<0,001			

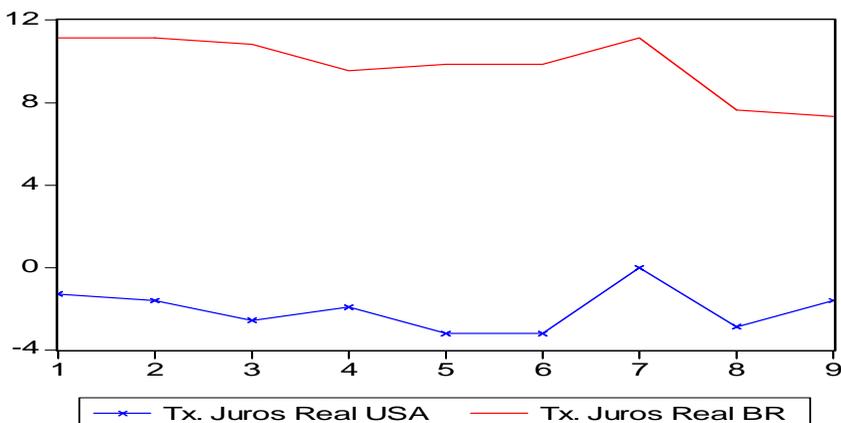
Fonte: Elaborada pelos autores

O valor do R² é de 70,53% e a estatística F valida a regressão no seu conjunto. Observa-se que o valor do

coeficiente estimado do IPC é negativo, correspondendo a -3,185. Dessa forma, países mais corruptos tendem a praticar elevadas taxas de juros, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito fixo.

No Gráfico 3, observa-se a evolução do valor predito das taxas de juros real do Brasil e USA com base na estimativa da tabela 10. Pode-se notar que a taxa de juros real do Brasil também é bem superior à taxa americana. A taxa de juros real do Brasil é uma das mais elevadas do mundo.

Gráfico 3 – Evolução dos Valores Preditos das Taxas de Juros Real: 2000-2008



Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados apresentados na Tabela 11 mostram que os coeficientes estimados do intercepto e do IPC também são estatisticamente significantes ao nível de significância de 1%. O valor do R^2 é apenas 5,21% e a estatística F também valida a regressão no seu conjunto. Observa-se que o valor do coeficiente estimado do IPC é negativo, correspondendo a -1,344. Dessa forma, países mais corruptos tendem a praticar taxas de juros

mais altas, conforme estimativas com base em dados de painel com efeito aleatório.

Tabela 11 - Variável dependente: Taxa de juros real
(Efeito Aleatório)

Variáveis	Coefficiente	Desvio Padrão	Estatística t	Prob.
Constante	12,41702	2,969411	4,181646	<0,0001
IPC	-1,343637	0,452235	-2,971105	0,0035
R ²	0,052065			
Estatística F	8,293554			
Prob.(Est.F)	0,004557			

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados do teste de Hausman, apresentados na Tabela 12, mostram que com uma probabilidade de 0,11% rejeita-se a hipótese nula, isto é, há evidências empíricas de que o modelo de efeito fixo é o mais adequado.

Tabela 12 – Teste de Hausman: Taxa de juros real

Variável	Coefficiente do Efeito Fixo	Coefficiente do Efeito Aleatório	Var. (Diferença.)	Prob.
IPC	-3,184681	-1,343637	0,316155	0,0011
Estatística Qui-Quadrado		Graus de Liberdade: Qui-Quadrado		Prob.
10,720830		1		0,0011

Fonte: Elaborada pelos autores

Na relação do IPC (Índex Corruption Perception) entre o Brasil e os Estados Unidos da América, no período de 2000 a 2008, podemos observar (Tabela 13), que o Brasil nesses últimos nove anos esteve atrás, alcançando um índice mais

próximo dos Estados Unidos da América em 2007 e 2008 com um escore de 5,0 e 5,1, respectivamente.

Tabela 13 – Brasil e USA: índice de Percepção de corrupção (2000 – 2008)

Anos	USA	Brasil
2000	7,8	3,9
2001	7,9	3,9
2002	8,2	4,0
2003	8,0	4,4
2004	8,4	4,3
2005	8,4	4,3
2006	7,4	3,9
2007	8,3	5,0
2008	7,9	5,1

Fonte: Transparency International - Índice de Percepção de Corrupção (IPC). 2010.

A diretora do departamento de *ratings* da Standard & Poor's, Lisa Schineller, em entrevista à InvestNews em 03/08/07, destaca que os níveis de corrupção de um país e a grande burocracia, que traz entraves para o ambiente operacional dos negócios e a atração de investimento, têm grande peso na avaliação do risco-país e podem, conseqüentemente, impactar na avaliação do risco de crédito soberano de um país. Ela explica que apesar da avaliação do *rating* soberano de um país ser focada na capacidade do Estado de honrar o pagamento da dívida pública interna e externa, em muitos casos, a combinação dos níveis de corrupção e insegurança jurídica com os impactos no nível de investimento e da política monetária de um país acaba influenciando nessa avaliação.

Ainda com base na entrevista, a presidente da Standard & Poor's no Brasil, Regina Nunes, afirma que:

Na China, Rússia e Índia, por exemplo, a corrupção não tem impedido o investimento, por isso esses países já alcançaram o grau de investimento. Já no caso da Venezuela (BB-) e do Equador (CCC), apesar dos benefícios dos recursos gerados pela comercialização do petróleo, a falta de transparência das instituições e o ambiente de insegurança jurídica têm impactado na avaliação do *rating* soberano.

No caso específico da Rússia, como o risco-país é pior que o risco soberano, nenhuma das empresas instaladas lá têm o *rating* superior ao *rating* do país. Lisa destaca, no entanto, que não só a corrupção, mas também a burocracia tem grande impacto sobre os investimentos. Ela cita, por exemplo, o caso do Uruguai, que apesar de apresentar baixo nível de corrupção, a morosidade nos processos é muito grande e impacta sobre a taxa de investimento, de apenas 14% do PIB.

No contexto supracitado, pode-se destacar que para mercados emergentes como o Brasil, a taxa doméstica de juros de acordo com a definição de paridade coberta da taxa de juros é acrescida pelo risco país. De acordo com Neto e Garcia (2005) para países com câmbio flutuante pode-se descrever a taxa de juros interna como resultante do somatório da taxa de juros externa, taxa cambial esperada, prêmio de risco cambial e risco país. Dessa forma, os resultados empíricos deste artigo mostram que maiores níveis de corrupção redundam em maiores taxas de juros. Por sua vez, maiores taxas de corrupção aumentam o risco país e, em consequência, impacta positivamente na taxa de juros. Esse é um possível canal de transmissão dos efeitos da corrupção sobre as taxas de juros.

IV CONCLUSÕES

Segundo o Banco Mundial, a corrupção provoca um prejuízo de US\$ 20 bilhões a US\$ 40 bilhões, o equivalente em real a algo entre R\$37 e R\$68 bilhões, aos países em desenvolvimento todos os anos. O Banco Mundial deseja que os governos atuem mais fortemente no sentido de recuperar o dinheiro roubado por meio de corrupção. A corrupção é, também, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico dos países, para isso é preciso reforçar a aplicação das leis anticorrupção e o julgamento de casos de propinas e apropriação indevida de fundos.

Em discurso em Jacarta ,em 11.04.2006, o Presidente do Banco Mundial de (2005-2007), Paul Wolfowitz afirmou:

A corrupção não apenas mina a capacidade dos governos de funcionarem bem como também coíbe o crescimento do sector privado. Dizem-no os investidores – nacionais e estrangeiros – que receiam que uma corrupção descontrolada impeça a execução dos contratos, fomente uma competição injusta e um custo opressivo da actividade económica. Quando os investidores se dão conta que tal é o caso, apressam-se a colocar o seu dinheiro algures. (WOLFOWITZ: 2006: 4)

A Transparência Internacional (TI), fundada em março de 1993, sediada em Berlim, tem como principal objetivo combater a corrupção. São conhecidos seus relatórios anuais que analisam os índices de percepção de corrupção em todo o mundo. Em seu estatuto se declara como uma organização civil e global destinada a liderar o combate a nível mundial contra a corrupção. Mundialmente ela deseja que todos estejam engajados nessa luta, e para isso a nível global cinco prioridades

são importantes em suas atividades pelo mundo combatendo a corrupção política; corrupção em contratos internacionais; corrupção no setor privado; convenções internacionais visando prevenir a corrupção a pobreza e o subdesenvolvimento.

Considerando-se que os efeitos negativos da corrupção sobre o nível de investimento e crescimento econômico já foram abordados na literatura, nos propusemos a testar e analisar o efeito da corrupção sobre a taxa de juros. Nesse contexto, analisamos os efeitos do índice de percepção da corrupção sobre as taxa de juros nominais sobre empréstimos e sobre depósitos e, também, sobre as taxas de juros reais de mercado. Com base num estudo de painel para 75 países no período de 2000 a 2008 foram encontradas evidências empíricas de que há um efeito direto do índice de percepção de corrupção sobre as taxas de juros. Dessa forma, maiores níveis de corrupção implicam em maiores taxas de juros.

BIBLIOGRAFIA

AL-MARHUBI, Fahim A. 2000. *Corruption and Inflation*. Economics Letters, vol.66, p.199-202.

AIDT, Toke; DUTTA, Jayasri; SENA, Vania. Governance Regimes, Corruption and Growth: Theory and Evidence. *Journal of Comparative Economics*, 36, p: 195-220, 2008.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: An Economic Approach, *Journal of Political Economy*, 76, pp. 169-217, 1968.

CARRARO, André; FOCHEZATTO, Adelar; HILLBRECHT, Ronald O. O Impacto da Corrupção sobre o Crescimento Econômico do Brasil: Aplicação de um Modelo de Equilíbrio Geral para o Período de 1994-1998. ANPEC: Anais do XXXI Encontro Nacional. www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A057.pdf, 2006.

CNUCC - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção..
Escritório contra Drogas e Crime. Nações Unidas. 1996

NETO, Giacomo B.; GARCIA, Ricardo Letizia. A Percepção da Corrupção e suas Implicações Econômicas: Uma Aplicação ao Setor de Obras Rodoviárias no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p: 321-352. 2005.

GORCEKUS, Omer. KNORICH, Jan. Does Quality of Openness Affect Corruption? *Economics Letters*, Vol.91, Issue2, May p: 190-196, 2006.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Informe global de la corrupción, 2009.

INVESTNEWS. *Corrupção e burocracia podem impactar no risco-país.*

http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200708032013_IVN_163029. 2007.

MACEDO, Carlos Márcio Rissi. *Lavagem de Dinheiro*. Curitiba: Juruá, 2006.

MAURO, P. Corruption and Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 3, p. 681-712. Aug., 1995.

MENDES, Lara Pereira. *Corrupção: Um Efeito sobre a Taxa de Juros*. São Paulo: Ed. Sicurezza. 2010.

PODOBNIK, Boris; SHAO, Jia; NJAVRO, Djuro; IVANOV, P. C.; STANLEY, H. E. Influence of Corruption on Economic Growth Rate and Foreign Investment. *The European Physical Journal EPJB*. 63, p: 547-550, 2008.

SARKAN, Hiren; HASAN, M. Aynul. Impact of Corruption on the Efficiency of Investment: Evidence from a Cross-Country Analysis. *Asia-Pacific Development Journal* Vol.8, nº. 2, December, 2001.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. The Political Economy of Corruption in Brazil. *Revista d Administração de Empresa*. V. 39, nº3. p.26-41 São Paulo, 1996.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da; GARCIA, Fernando; BANDEIRA, Andréa Câmara. *How does Corruption Hurt Growth? Evidences about the Effects of Corruption on Factors Productivity and per capita Income*. 2001.ww.transparencia.org.br em 30/12/2010 às 16hs35min.

TANZI, Vito. Corruption Around the World. Causes, Consequences, Scope and Cures. *IMF Staff Papers*. Vol. 45, Nº. 4, International Monetary Fund, December, 1998.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Tranparency International Corruption Perceptions Index** Berlim, 2010. Disponível em:http://www.transparency.org/cpi/2004/dnld/media_pack_en.pdf. Acesso em: 23 mai.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Índice de Percepção de Corrupção**. São Paulo. SP. Brasil, 2006.

TREISMAN, Daniel. The causes of Corruption: A Cross-National Study. *Journal of Public Economics* 76 (3): 399-457, 1999.

WOLFOWITZ, Paul. discurso em Jacarta – Indonésia em 11.04.2006.

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/ORGANIZATION/EXTPRESIDENT2007/EXTPASTPRESIDENTS/EXTOFFICEPRESIDENT/0,,contentMDK:20886352~isCURL:Y~menuPK:64343271~pagePK:51174171~piPK:64258873~theSitePK:1014541,00.html> in 06.06.2011 as 14hs35min.